

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	99

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	97.192
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>97.192</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	590
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>590</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2013	Dividendo	28/06/2013	Ordinária		0,26774

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	1.682.400	1.018.378
1.01	Ativo Circulante	752.814	186.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	109	132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	109	132
1.01.02	Aplicações Financeiras	654.939	88.495
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	654.939	88.495
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	144.557	39.505
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras - CVM	385.849	47.885
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	124.533	1.105
1.01.07	Despesas Antecipadas	71	542
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.695	97.259
1.01.08.03	Outros	97.695	97.259
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	897	897
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/terceiros	19	24
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	93.699	93.699
1.01.08.03.04	Juros s/ capital próprio	1.275	1.275
1.01.08.03.05	Outros	1.603	1.364
1.01.08.03.06	Impostos e Contribuições	202	0
1.02	Ativo Não Circulante	929.586	831.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.639	9.641
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.639	9.641
1.02.01.09.03	Outros	1.007	1.022
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições	6.723	6.722
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.909	1.897
1.02.02	Investimentos	916.319	818.052
1.02.02.01	Participações Societárias	916.319	818.052
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	916.319	818.052
1.02.03	Imobilizado	3.116	3.707
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.116	3.707
1.02.04	Intangível	512	550
1.02.04.01	Intangíveis	512	550
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	512	550

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	1.682.400	1.018.378
2.01	Passivo Circulante	41.786	41.516
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	131	136
2.01.01.01	Obrigações Sociais	24	26
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	107	110
2.01.02	Fornecedores	17	405
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17	405
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	17	405
2.01.03	Obrigações Fiscais	74	24
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74	22
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29	19
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	45	3
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	2
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	0	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	10.117	9.978
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.117	9.978
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.117	9.978
2.01.05	Outras Obrigações	31.447	30.973
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.593	3.122
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	3.593	3.122
2.01.05.02	Outros	27.854	27.851
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.051	26.051
2.01.05.02.04	Outros	1.803	1.800
2.02	Passivo Não Circulante	269.278	269.827
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	262.228	262.327
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	262.228	262.327
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	262.228	262.327
2.02.02	Outras Obrigações	7.050	7.500
2.02.02.02	Outros	7.050	7.500
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	7.050	7.500
2.03	Patrimônio Líquido	1.371.336	707.035
2.03.01	Capital Social Realizado	962.780	366.500
2.03.01.01	Capital Social Realizado	986.177	369.319
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-23.397	-2.819
2.03.02	Reservas de Capital	115.677	114.298
2.03.02.04	Opções Outorgadas	115.677	17.732
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	0	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	226.237	226.237
2.03.04.01	Reserva Legal	19.263	19.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	218.322	218.322
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	66.642	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.708	43.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.827	-2.921
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	407	450
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.128	46.048
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.708	43.577
3.06	Resultado Financeiro	1.934	-3.660
3.06.01	Receitas Financeiras	7.453	4.282
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.519	-7.942
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.642	39.917
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	66.642	39.917
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	66.642	39.917
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00069	0,00049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00068	0,00048

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	66.642	39.917
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.642	39.917

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.254	-1.868
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.098	-1.736
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício / Período	66.642	39.917
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	632	591
6.01.01.03	Amortização dos custos de captação	183	0
6.01.01.06	Opções Outorgadas	0	937
6.01.01.07	Rendimentos sobre aplicações	-7.413	-3.665
6.01.01.09	Apropriação de convênios	-450	-450
6.01.01.11	Juros sobre empréstimos a controladas	0	-231
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	5.436	7.213
6.01.01.14	Equivalência patrimonial	-67.128	-46.048
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.156	-132
6.01.02.01	Redução (aumento) de outros ativos	-241	354
6.01.02.02	(Aumento) redução em adiantamentos a funcionários / terceiros	5	0
6.01.02.03	(Aumento) redução de despesas antecipadas	471	0
6.01.02.04	(Aumento) redução de impostos e contribuições	-203	0
6.01.02.05	Aumento (redução) em fornecedores	-387	-2
6.01.02.06	(Redução) em obrigações tributárias	50	-199
6.01.02.07	Aumento (redução) em salários e encargos sociais	-5	7
6.01.02.10	Aumento (Redução) em outros passivos	3	-22
6.01.02.12	(Redução) no ativo não circulante	17	-270
6.01.02.13	Aumento em depósitos judiciais	-12	0
6.01.02.14	Juros pagos de empréstimo	-854	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-588.324	363
6.02.01	Aplicações Financeiras	-559.031	21.645
6.02.03	Intangível	-4	0
6.02.04	Investimento em empresa controladas	-55.845	-26.394
6.02.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	26.085	-38.798
6.02.06	Mútuo em controladas	471	20.045
6.02.07	Dividendos Recebidos	0	23.865
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	591.555	46
6.03.01	Aumento de capital	616.858	0
6.03.02	Gastos com emissão de ações	-20.578	0
6.03.03	Aumento de empréstimos e financiamentos	-4.725	245
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-199
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23	-1.459
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132	1.530
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	109	71

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	596.280	1.379	0	0	0	597.659
5.04.01	Aumentos de Capital	616.858	0	0	0	0	616.858
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.578	0	0	0	0	-20.578
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.379	0	0	0	1.379
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.016	0	0	0	-4.016
5.04.08	Opção Recompra de Ações	0	4.016	0	0	0	4.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.642	0	66.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.642	0	66.642
5.07	Saldos Finais	962.780	104.329	237.585	66.642	0	1.371.336

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	937	-199	0	0	738
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	937	0	0	0	937
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-199	0	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.917	0	39.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.917	0	39.917
5.07	Saldos Finais	361.573	110.697	147.403	39.917	0	659.590

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.628	-1.618
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.628	-1.618
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.628	-1.618
7.04	Retenções	-815	-591
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-815	-591
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.443	-2.209
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.031	50.780
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.128	46.048
7.06.02	Receitas Financeiras	7.453	4.282
7.06.03	Outros	450	450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.588	48.571
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.588	48.571
7.08.01	Pessoal	320	561
7.08.01.01	Remuneração Direta	320	561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	106	152
7.08.02.01	Federais	106	152
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.520	7.941
7.08.03.01	Juros	5.520	7.941
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.642	39.917
7.08.04.02	Dividendos	27.698	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.944	39.917

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	1.921.630	1.239.810
1.01	Ativo Circulante	1.191.268	511.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.395	18.132
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	18.395	18.132
1.01.02	Aplicações Financeiras	729.096	122.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	729.096	122.340
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	149.455	51.068
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	448.630	68.364
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	131.011	2.908
1.01.03	Contas a Receber	347.365	279.657
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.160	30.931
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.252	60.167
1.01.08.03	Outros	59.252	60.167
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários / Terceiros	24.147	25.957
1.01.08.03.03	Impostos e Contribuições	9.563	10.588
1.01.08.03.04	Contas a Compensar - Sistema FIES	4.855	5.416
1.01.08.03.05	Outros	20.428	17.947
1.02	Ativo Não Circulante	730.362	728.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.842	125.797
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.199	11.695
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.199	11.695
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.545	1.337
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.545	1.337
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	116.098	112.765
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	85.264	83.221
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições	22.745	20.886
1.02.01.09.05	Outros	8.089	8.658
1.02.02	Investimentos	228	228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	289.169	294.660
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	245.769	250.357
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	11.711	12.706
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	31.689	31.597
1.02.04	Intangível	309.123	307.898
1.02.04.01	Intangíveis	309.123	307.898
1.02.04.01.02	Ágio	197.266	197.266
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	111.857	110.632

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	1.921.630	1.239.810
2.01	Passivo Circulante	211.465	193.312
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.906	65.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.794	17.687
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.112	48.040
2.01.02	Fornecedores	29.109	35.435
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.109	35.435
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	29.109	35.435
2.01.03	Obrigações Fiscais	27.193	24.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.854	13.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.432	9.762
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.045	922
2.01.03.01.03	IOF	384	384
2.01.03.01.04	Parcelamento de Tributos	1.993	2.210
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14.339	11.161
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	14.339	11.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.990	13.856
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.990	13.856
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.990	13.856
2.01.05	Outras Obrigações	47.267	53.855
2.01.05.02	Outros	47.267	53.855
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.051	26.051
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	4.709	8.854
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	11.199	12.985
2.01.05.02.06	Outros	5.308	5.965
2.02	Passivo Não Circulante	338.829	339.463
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	264.827	265.868
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	264.827	265.868
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	264.827	265.868
2.02.02	Outras Obrigações	35.208	34.748
2.02.02.02	Outros	35.208	34.748
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	11.305	12.027
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	6.125	6.410
2.02.02.02.05	Compromissos a Pagar	11.625	11.180
2.02.02.02.06	Outros	6.153	5.131
2.02.03	Tributos Diferidos	814	1.638
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	814	1.638
2.02.04	Provisões	37.980	37.209
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.769	23.205
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	23.769	23.205
2.02.04.02	Outras Provisões	14.211	14.004
2.02.04.02.04	Provisões para Desmobilização de Ativos	14.211	14.004
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.371.336	707.035
2.03.01	Capital Social Realizado	962.780	366.500
2.03.01.01	Capital Social Realizado	986.177	369.319
2.03.01.02	Gastos com Emissão de Ações	-23.397	-2.819

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2.03.02	Reservas de Capital	115.677	114.298
2.03.02.04	Opções Outorgadas	19.111	17.732
2.03.02.07	Ágio na Subscrição de Ações	96.566	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	226.237	226.237
2.03.04.01	Reserva Legal	19.263	19.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	218.322	218.322
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-11.348	-11.348
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	66.642	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	413.254	330.552
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-242.613	-199.567
3.03	Resultado Bruto	170.641	130.985
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-101.617	-84.643
3.04.01	Despesas com Vendas	-42.942	-37.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-62.179	-49.765
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.504	2.464
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	69.024	46.342
3.06	Resultado Financeiro	-1.680	-4.053
3.06.01	Receitas Financeiras	11.337	8.603
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.017	-12.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.344	42.289
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-702	-2.346
3.08.01	Corrente	-3.030	-3.294
3.08.02	Diferido	2.328	948
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	66.642	39.943
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-26
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	-26
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	66.642	39.917
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	66.642	39.917
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00069	0,00049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00068	0,00048

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	66.642	39.917
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	66.642	39.917
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	66.642	39.917

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.479	30.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	97.904	73.365
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	67.344	42.263
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	17.856	11.613
6.01.01.03	Amortização dos Custos de Captação	183	0
6.01.01.04	Valor Residual Baixado do Imobilizado	166	11
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	14.802	14.044
6.01.01.06	Opções Outorgadas	1.379	937
6.01.01.07	Rendimentos sobre Aplicações	-8.212	-4.243
6.01.01.08	Provisão para Contingências	282	1.661
6.01.01.09	Apropriação de Convênios	-722	-722
6.01.01.10	Atualização de Compromissos a Pagar	-817	0
6.01.01.11	Juros sobre Empréstimos a Controladas	0	380
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	5.436	7.213
6.01.01.13	Atualização da Provisão para Desmobilização	207	208
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.425	-42.637
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-82.510	-48.460
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-1.921	269
6.01.02.03	(Aumento) Redução Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	1.810	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	-6.229	0
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Impostos e Contribuições	-2.338	0
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-6.326	22
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	2.269	-3.201
6.01.02.08	Aumento em Salários e Encargos Sociais	28.179	21.180
6.01.02.09	(Redução) em Mensalidades Recebidas Antecipadamente	-4.145	-3.625
6.01.02.10	(Redução) na Provisão para Contingências	283	-817
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	-1.401
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-462	-312
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Parcelamento de Tributos	-502	0
6.01.02.14	Aumento (Redução) no Ativo Não Circulante	-636	-6.292
6.01.02.15	Aumento em Depósitos Judiciais	-2.043	0
6.01.02.16	Juros pagos de Empréstimos	-854	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-612.824	-49.368
6.02.01	Aplicações Financeiras	-598.544	-24.225
6.02.02	Imobilizado	-4.895	-13.517
6.02.03	Intangível	-8.861	-11.246
6.02.04	Mútuo com Controladas	0	-380
6.02.05	Aquisição de Controladas	-524	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	590.608	3.473
6.03.01	Aumento de Capital	616.858	0
6.03.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.578	0
6.03.04	Ações em Tesouraria	0	-199
6.03.05	Aumento de Empréstimos e Financiamentos	-5.672	3.672
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	263	-15.167

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.132	21.857
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.395	6.690

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	366.500	102.950	237.585	0	0	707.035	0	707.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	596.280	1.379	0	0	0	597.659	0	597.659
5.04.01	Aumentos de Capital	616.858	0	0	0	0	616.858	0	616.858
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-20.578	0	0	0	0	-20.578	0	-20.578
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.379	0	0	0	1.379	0	1.379
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.016	0	0	0	-4.016	0	-4.016
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	4.016	0	0	0	4.016	0	4.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.642	0	66.642	0	66.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.642	0	66.642	0	66.642
5.07	Saldos Finais	962.780	104.329	237.585	66.642	0	1.371.336	0	1.371.336

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	937	-199	0	0	738	0	738
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	937	0	0	0	937	0	937
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-199	0	0	-199	0	-199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.917	0	39.917	0	39.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.917	0	39.917	0	39.917
5.07	Saldos Finais	361.573	110.697	147.403	39.917	0	659.590	0	659.590

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012</b>
7.01	Receitas	415.796	331.310
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	428.364	345.371
7.01.02	Outras Receitas	2.234	-17
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.802	-14.044
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74.971	-64.101
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.689	-62.414
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-26
7.02.04	Outros	-282	-1.661
7.03	Valor Adicionado Bruto	340.825	267.209
7.04	Retenções	-18.039	-11.613
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.039	-11.613
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	322.786	255.596
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.841	11.067
7.06.02	Receitas Financeiras	11.337	8.603
7.06.03	Outros	3.504	2.464
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	337.627	266.663
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	337.627	266.663
7.08.01	Pessoal	169.861	135.902
7.08.01.01	Remuneração Direta	153.625	122.284
7.08.01.02	Benefícios	5.272	4.520
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.964	9.098
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.691	48.846
7.08.02.01	Federais	36.884	32.340
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	19.806	16.505
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	44.433	41.998
7.08.03.01	Juros	13.017	12.655
7.08.03.02	Aluguéis	31.416	29.343
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.642	39.917
7.08.04.02	Dividendos	27.698	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.944	39.917

## Comentário do Desempenho

### Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Comentário do Desempenho referente ao período findo em 31 de março de 2013 ou primeiro trimestre de 2013 (1T13).

#### Base de Alunos

A Estácio encerrou o 1T13 com uma base de alunos de 334,2 mil (19,9% acima do registrado no 1T12), dos quais 270,5 mil matriculados nos cursos presenciais e 63,7 mil nos cursos de ensino a distância. No conceito *same shops*, a base de alunos cresceu 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (desconsiderando as aquisições realizadas em 2012). Devemos lembrar ainda dos 3,6 mil alunos da FACITEC, no Distrito Federal, que adquirimos em abril e consolidaremos em nossa base nos próximos trimestres.

Tabela 1 – Base de Alunos Total\*

Em mil	1T12	1T13	Var.
<b>Presencial</b>	<b>228,4</b>	<b>261,8</b>	<b>14,6%</b>
Graduação	219,4	250,4	14,1%
Pós-graduação	9,0	11,4	26,7%
<b>EAD</b>	<b>50,2</b>	<b>63,7</b>	<b>26,9%</b>
Graduação	46,3	61,6	33,0%
Pós-graduação	3,9	2,1	-46,2%
<b>Base de Alunos <i>same shops</i></b>	<b>278,6</b>	<b>325,5</b>	<b>16,8%</b>
Aquisições em 2012	-	8,7	N.A.
<b>Base de Alunos Total - Final</b>	<b>278,6</b>	<b>334,2</b>	<b>19,9%</b>
Número de Campi	69	76	10,1%
<b>Alunos Presenciais por Campus</b>	<b>3.311</b>	<b>3.445</b>	<b>4,1%</b>
Número de Pólos	52	52	0,0%
<b>Alunos EAD por Pólo</b>	<b>965</b>	<b>1.225</b>	<b>26,9%</b>

Ao final do 1T13, a **base de alunos de graduação presencial** da Estácio totalizava 259,1 mil alunos, 18,1% a mais do que o mesmo período do ano anterior. No conceito *same shops*, sem as instituições adquiridas em 2012, o crescimento orgânico foi de 14,1%. Devemos destacar a melhora na taxa de renovação do segmento de graduação presencial, com a queda de 16,4% no número de alunos não renovados. Em termos percentuais sobre a base renovável, a melhora foi de 3,9 pontos percentuais, de 81,8% para 85,7%.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)\*

Em mil	1T12	1T13	Var.
<b>Saldo Inicial de Alunos</b>	<b>189,9</b>	<b>209,9</b>	<b>10,5%</b>
(-) Aquisições no ano	-	(8,7)	N.A.
(-) Formandos	(14,7)	(14,7)	0,0%
<b>Base Renovável</b>	<b>175,2</b>	<b>186,5</b>	<b>6,5%</b>
(+) Captação	76,0	90,5	19,0%
(-) Não Renovação	(31,8)	(26,6)	-16,4%
<b>Base de Alunos <i>same shops</i></b>	<b>219,4</b>	<b>250,4</b>	<b>14,1%</b>
(+) Aquisições no ano	-	8,7	N.A.
<b>Saldo Final de Alunos</b>	<b>219,4</b>	<b>259,1</b>	<b>18,1%</b>

A **base de alunos de graduação EAD** cresceu 33,0% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 61,6 mil alunos. Novamente vale um destaque para a melhora na taxa de renovação (apesar de não termos a opção de FIES para o EAD), saindo de 75,7% para 77,6% em 2013.1.

## Comentário do Desempenho

**Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)\***

Em mil	1T12	1T13	Var.
<b>Saldo Inicial de Alunos</b>	<b>37,5</b>	<b>46,1</b>	<b>22,9%</b>
(-) Formandos	(0,5)	(0,2)	-60,0%
(+) Captação	18,3	26,0	42,1%
(-) Não Renovados/evasão	(9,0)	(10,3)	14,4%
<b>Saldo Final de Alunos</b>	<b>46,3</b>	<b>61,6</b>	<b>33,0%</b>

### Receita Operacional

A **receita operacional líquida** totalizou R\$413,3 milhões no 1T13, um aumento de 25,0% em relação ao 1T12, em função do crescimento de 19,9% na base de alunos e da evolução positiva do ticket médio no período.

Destacamos mais uma vez que, a partir do 4T12, mudamos a metodologia de provisionamento para os alunos FIES financiados pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Devemos lembrar que, para as mantenedoras aderentes ao FGEDUC, deve ser feita uma contribuição sobre o valor das mensalidades financiadas para contribuir com a formação do Fundo. Essa contribuição, que hoje é de 5,63%, passou a ser lançada como uma dedução da Receita Bruta (na linha “FGEDUC”), sendo que até o 3T12 estava sendo contabilizada como uma despesa comercial, na linha de provisão para devedores duvidosos (PDD).

**Tabela 4 – Composição da Receita Operacional**

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>481,2</b>	<b>613,8</b>	<b>27,6%</b>
Mensalidades	476,9	607,4	27,4%
Outras	4,3	6,4	48,8%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(150,6)</b>	<b>(200,5)</b>	<b>33,1%</b>
Descontos e Bolsas	(135,8)	(180,6)	33,0%
Impostos	(14,8)	(18,4)	24,3%
FGEDUC	-	(1,6)	N.A.
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	28,2%	29,4%	1,2 p.p.
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>330,6</b>	<b>413,3</b>	<b>25,0%</b>

No primeiro trimestre, o **ticket médio presencial** cresceu 5,8%, enquanto o **ticket médio EAD** subiu 11,6%, apresentando crescimento em linha e acima da inflação respectivamente, de acordo com a nossa expectativa de variar preços no mínimo com a inflação. Tais aumentos demonstram novamente nossa capacidade de repassar preços de modo sustentável, em um ritmo similar ao que vimos em 2012, o que só é possível em função da maior percepção de qualidade pelos nossos alunos. Importante ressaltar que, mesmo com o aumento de descontos e bolsas (normal em períodos de captações maiores que os períodos anteriores), conseguimos ganhos representativos nos tickets.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores

**Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 1T13 – Presencial\***

## Comentário do Desempenho

Em mil	1T12	1T13	Var.
<b>Base de Alunos de Graduação Presencial</b>	<b>219,4</b>	<b>259,1</b>	<b>18,1%</b>
(-) Alunos não enturcados	(5,1)	(5,2)	2,5%
(-) Evasão	(5,5)	(8,2)	49,8%
<b>(=) Base de Alunos de Graduação Presencial Geradora de Receita</b>	<b>208,9</b>	<b>245,7</b>	<b>17,6%</b>
<b>(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial</b>	<b>9,0</b>	<b>11,4</b>	<b>26,7%</b>
<b>(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita</b>	<b>217,9</b>	<b>257,1</b>	<b>18,0%</b>
<b>Receita Bruta Presencial (R\$ milhões)</b>	<b>440,6</b>	<b>558,8</b>	<b>26,8%</b>
Deduções Presencial (R\$ milhões)	(137,8)	(180,9)	31,2%
<b>Receita Líquida Presencial (R\$ milhões)</b>	<b>302,8</b>	<b>377,9</b>	<b>24,8%</b>
<b>Ticket Médio Presencial (R\$)</b>	<b>463,2</b>	<b>490,0</b>	<b>5,8%</b>

Obs.: O cálculo do ticket médio não considera receita da Academia do Concurso.

**Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio Mensal no 1T13 – EAD\***

Em mil	1T12	1T13	Var.
<b>Base de Alunos de Graduação EAD</b>	<b>46,3</b>	<b>61,6</b>	<b>33,0%</b>
(-) Não enturcados	(0,9)	(2,2)	133,1%
(-) Evasão	(1,0)	(3,0)	193,0%
<b>(=) Base de Alunos de Graduação EAD Geradora de Receita</b>	<b>44,3</b>	<b>56,4</b>	<b>27,2%</b>
<b>(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD</b>	<b>3,9</b>	<b>2,1</b>	<b>-46,2%</b>
<b>(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita</b>	<b>48,2</b>	<b>58,5</b>	<b>21,3%</b>
<b>Receita Bruta EAD (R\$ milhões)</b>	<b>37,5</b>	<b>53,4</b>	<b>42,4%</b>
Deduções EAD (R\$ milhões)	(12,4)	(19,4)	56,5%
<b>Receita Líquida EAD (R\$ milhões)</b>	<b>25,1</b>	<b>34,0</b>	<b>35,5%</b>
<b>Ticket Médio EAD (R\$)</b>	<b>173,5</b>	<b>193,7</b>	<b>11,6%</b>

### Custo dos Serviços Prestados

No 1T13, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou um ganho de eficiência de 2,1 p.p. em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano passado, resultante dos ganhos: (i) de 1,6 p.p. na conta de alugueis, demonstrando mais uma vez nosso rigor nos reajustes contratuais e a diluição do custo com o crescimento da nossa base de alunos; e (ii) de 0,4 p.p. em serviços de terceiros, demonstrando novamente o ganho de escala nessa linha. A conta de pessoal no período foi impactada por perdas pontuais em acordos e indenizações trabalhistas, o que resultou num ganho de apenas 0,1 p.p.

**Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados**

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>Custos Caixa dos Serviços Prestados</b>	<b>(191,9)</b>	<b>(231,0)</b>	<b>20,4%</b>
Pessoal	(143,9)	(179,4)	24,7%
Pessoal e encargos	(117,9)	(147,7)	25,3%
INSS	(25,9)	(31,7)	22,4%
Alugueis, condomínio e IPTU	(29,9)	(30,5)	2,0%
Material didático	(5,5)	(7,0)	27,3%
Serviços de terceiros e outros	(12,6)	(14,1)	11,9%

(\* ) Informações não revisadas pelos auditores

**Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados**

## Comentário do Desempenho

% em relação à receita operacional líquida	1T12	1T13	Variação
<b>Custos Caixa dos Serviços Prestados</b>	<b>-58,0%</b>	<b>-55,9%</b>	<b>2,1 p.p.</b>
Pessoal	-43,5%	-43,4%	0,1 p.p.
Pessoal e encargos	-35,7%	-35,7%	0,0 p.p.
INSS	-7,8%	-7,7%	0,1 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,0%	-7,4%	1,6 p.p.
Material didático	-1,7%	-1,7%	0,0 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-3,8%	-3,4%	0,4 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>Custos Caixa dos Serviços Prestados</b>	<b>(191,9)</b>	<b>(231,0)</b>	<b>20,4%</b>
(+) Depreciação	(7,6)	(11,6)	52,6%
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(199,6)</b>	<b>(242,6)</b>	<b>21,5%</b>

### Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
Receita operacional líquida	330,6	413,3	25,0%
Custos dos serviços prestados	(199,6)	(242,6)	21,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>131,0</b>	<b>170,6</b>	<b>30,2%</b>
(-) Depreciação	7,6	11,6	52,6%
<b>Lucro Bruto Caixa</b>	<b>138,6</b>	<b>182,2</b>	<b>31,5%</b>
Margem Bruta Caixa	41,9%	44,1%	2,2 p.p.

### Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As **despesas comerciais** representaram 10,4% da receita líquida no 1T13, gerando um ganho de margem de 0,9 p.p. em comparação com o 1T12, devido ao ganho de 0,6 p.p. na rubrica de publicidade e à melhora de 0,6 p.p. na relação da PDD com a receita líquida, compensando o impacto da linha de Provisionamento FIES (-0,3 p.p.). Nesse contexto, é importante destacar a melhora orgânica da PDD em relação ao ano passado, refletindo a queda da inadimplência que vimos em 2012, mesmo se considerarmos o impacto do Provisionamento FIES (que no 1T12 estava dentro da linha de PDD).

Destacamos aqui mais uma vez a linha de “Provisionamento FIES” na conta de despesas comerciais, que vem fazer provisões para:

(i) alunos FIES com fiador (no percentual de 2,25%, como já vínhamos fazendo nesse ano, assumindo de forma conservadora que a perda futura da carteira FIES será de 15%, índice aproximadamente três vezes superior à perda histórica da carteira de alunos; a provisão foi constituída considerando 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência);

(ii) alunos FIES com FGEDUC após abril de 2012, para o risco não coberto do FGEDUC nos moldes atuais, ou seja, a provisão constituída para os 10% não cobertos pelo FGEDUC. Em cima deste montante, provisionamos os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (0,225%);

(iii) alunos FIES com FGEDUC até março de 2012, para o risco não coberto do FGEDUC sob a antiga regra, ou seja, a provisão constituída para os 20% não cobertos pelo FGEDUC. Em cima deste montante, provisionamos os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (0,450%);

(iv) alunos FIES com FGEDUC até março de 2012, para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC sob a antiga regra, constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência (0,30%).

## Comentário do Desempenho

Cabe ressaltar que os itens (i), (ii) e (iii) tem suas contrapartidas em uma conta de passivo não circulante, a título de “Provisão de Risco” FIES, e o item (iv) tem sua contrapartida em uma conta redutora de ativo não circulante, a título de “Provisão para Perda de Depósito Vinculado FIES”, como ajuste para a expectativa de realização do saldo da conta de depósitos vinculados, constituída com base nos 2% da contribuição do FGEDUC sob a antiga regra.

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram ganho de 0,5 p.p. no 1T13 em relação ao mesmo período do ano anterior, especialmente em função do ganho: (i) de eficiência em serviços de terceiros (+0,6 p.p.), em razão do ganho com iniciativas de sourcing nessa categoria e (ii) em provisão para contingências (+0,4 p.p.). Importante ressaltar, o ganho de 0,2 p.p. em pessoal mesmo com a criação na nova área de Educação Continuada, que ainda não começou sua operação (prevista para o 2º trimestre), e com o maior nível de indenizações trabalhistas registradas no trimestre. Vale mencionar também o aumento de R\$6 milhões na conta Outras, basicamente em função de aumentos em condenações cíveis decorrentes de um maior rigor no processo de cobrança (cerca de R\$2,3 milhões), manutenção e equipamentos de TI e softwares (cerca de R\$1,2 milhão) e multas por rescisão de contrato (R\$0,3 milhão).

**Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas**

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Varição
<b>Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa</b>	<b>(80,6)</b>	<b>(95,1)</b>	<b>18,0%</b>
<b>Despesas Comerciais</b>	<b>(37,3)</b>	<b>(42,9)</b>	<b>15,0%</b>
PDD	(14,0)	(14,8)	5,7%
Provisionamento FIES	-	(1,1)	N.A.
Publicidade	(23,3)	(27,1)	16,3%
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(43,3)</b>	<b>(52,2)</b>	<b>20,6%</b>
Pessoal	(20,9)	(25,4)	21,5%
Pessoal e encargos	(18,0)	(22,1)	22,8%
INSS	(2,9)	(3,3)	13,8%
Outros	(22,4)	(26,8)	19,6%
Serviços de terceiros	(12,2)	(12,8)	4,9%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,6)	(0,5)	-16,7%
Material de consumo	(0,3)	(0,5)	66,7%
Provisão para contingências	(1,7)	(0,3)	-82,4%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2,4	3,5	45,8%
Outras	(10,1)	(16,2)	60,4%
<b>Depreciação</b>	<b>(4,0)</b>	<b>(6,5)</b>	<b>62,5%</b>

## Comentário do Desempenho

**Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas**

% em relação à receita operacional líquida	1T12	1T13	Variação
<b>Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa</b>	<b>-24,4%</b>	<b>-23,0%</b>	<b>1,4 p.p.</b>
<b>Despesas Comerciais</b>	<b>-11,3%</b>	<b>-10,4%</b>	<b>0,9 p.p.</b>
PDD	-4,2%	-3,6%	0,6 p.p.
Provisionamento FIES	0,0%	-0,3%	-0,3 p.p.
Publicidade	-7,1%	-6,5%	0,6 p.p.
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>-13,1%</b>	<b>-12,6%</b>	<b>0,5 p.p.</b>
Pessoal	-6,3%	-6,1%	0,2 p.p.
Pessoal e encargos	-5,4%	-5,3%	0,1 p.p.
INSS	-0,9%	-0,8%	0,1 p.p.
Outros	-6,8%	-6,5%	0,3 p.p.
Serviços de terceiros	-3,7%	-3,1%	0,6 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,2%	-0,1%	0,1 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	-0,5%	-0,1%	0,4 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	0,7%	0,8%	0,1 p.p.
Outras	-3,1%	-3,9%	-0,8 p.p.
<b>Depreciação</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-0,4 p.p.</b>

### EBITDA

No 1T13, nosso **EBITDA** totalizou R\$87,1 milhões, 50,4% acima do apresentado no mesmo trimestre do ano passado, com uma **margem EBITDA** de 21,1%, para um ganho de margem de 3,6 p.p. frente ao 1T12, já de acordo com o novo conceito proposto pela instrução CVM 527 (sem considerar o resultado financeiro operacional no cálculo do EBITDA). Tal ganho expressivo veio no mesmo ritmo excelente que apresentamos em 2012, refletindo a nossa gestão de custos e despesas cada vez mais eficiente e claramente se beneficiando do crescimento saudável de receita e da base de alunos, em linha com nosso modelo de negócios.

**Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)**

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>330,6</b>	<b>413,3</b>	<b>25,0%</b>
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(191,9)	(231,0)	20,4%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(80,6)	(95,1)	18,0%
<b>EBITDA</b>	<b>57,9</b>	<b>87,1</b>	<b>50,4%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17,5%</i>	<i>21,1%</i>	<i>3,6 p.p.</i>

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas em 2012, o EBITDA do 1T13 somou R\$83,1 milhões, um aumento de 43,5%, com margem EBITDA de 20,8% e ganho de 3,3 p.p. em relação ao 1T12.

**Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – Same shops**

Em R\$ milhões	1T12	1T13 ex-aquisições	Variação
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>330,6</b>	<b>398,9</b>	<b>20,7%</b>
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(191,9)	(221,3)	15,3%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(80,6)	(94,5)	17,3%
<b>EBITDA</b>	<b>57,9</b>	<b>83,1</b>	<b>43,5%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>17,5%</i>	<i>20,8%</i>	<i>3,3 p.p.</i>

## Comentário do Desempenho

### Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com os resultados do trimestre das empresas adquiridas em 2012 (SEAMA, iDez, Uniul, FARGS e Fac. São Luís). Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. Após esse período, os resultados das empresas adquiridas serão demonstrados dentro do Consolidado, como foi feito para as empresas adquiridas em 2011. Lembramos aqui também que, em abril, adquirimos a FACITEC, no Distrito Federal, que será incorporada em nossos resultados nos trimestres subsequentes.

Tabela 15 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas para o 1T13

Em R\$ milhões	SEAMA	iDez	Uniul	FARGS	São Luis	Total
Receita Líquida	5,1	0,4	0,2	1,6	7,0	14,3
Lucro Bruto	1,3	-0,1	0,0	-0,5	3,4	4,1
Margem Bruta	25,5%	-25,0%	0,0%	-31,3%	48,6%	17,8%
EBITDA	1,2	-0,3	0,1	-0,7	3,5	3,8
Margem EBITDA	23,5%	-75,0%	50,0%	-43,8%	50,0%	26,6%
Lucro Líquido	1,1	-0,3	0,1	-0,7	3,0	3,2
Margem Líquida	21,6%	-75,0%	50,0%	-43,8%	42,9%	22,4%

### Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Varição
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>8,6</b>	<b>11,3</b>	<b>31,4%</b>
Multas e juros recebidos por atraso	4,0	3,1	-23,3%
Rendimentos de aplicações financeiras	4,2	8,2	95,5%
Outras	0,4	0,1	-86,0%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(12,7)</b>	<b>(13,0)</b>	<b>2,4%</b>
Despesas bancárias	(2,3)	(1,7)	-26,1%
Juros e encargos financeiros	(7,8)	(6,1)	-21,8%
Descontos financeiros	(0,9)	(3,8)	325,8%
Outras	(1,6)	(1,4)	-13,1%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(4,1)</b>	<b>(1,7)</b>	<b>-58,5%</b>

No 1T13, o **resultado financeiro** foi negativo em R\$1,7 milhão, apresentando uma melhora de R\$2,4 milhões em relação ao 1T12, em virtude principalmente do aumento de R\$4,0 milhões no rendimento de aplicações financeiras, como consequência da nossa maior posição de Caixa disponível para aplicação. Tivemos novamente nesse trimestre um aumento na rubrica de descontos financeiros, que contribuiu para a piora de R\$0,3 milhão em despesas financeiras. Esse aumento decorre de campanhas para renegociação de ex-alunos que quiseram quitar suas dívidas e reabrir as matrículas nos termos apresentados pela Estácio.

## Comentário do Desempenho

### Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>EBITDA</b>	<b>57,9</b>	<b>87,1</b>	<b>50,4%</b>
Resultado Financeiro	(4,1)	(1,7)	-58,5%
Depreciação	(11,6)	(18,0)	55,2%
Contribuição social	(0,6)	(0,3)	-50,0%
Imposto de renda	(1,7)	(0,4)	-76,5%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>39,9</b>	<b>66,6</b>	<b>66,9%</b>

No 1T13, o **lucro líquido** totalizou R\$66,6 milhões, um aumento de 66,9% sobre o mesmo trimestre do ano passado, em função do aumento de 25,0% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo e despesa, que levaram ao crescimento de 50,4% do EBITDA, que mais do que compensou o aumento na depreciação.

Nesse trimestre, nosso **lucro por ação** ficou em R\$0,69, representando um aumento de 40,8% em relação ao 1T12 mesmo com o aumento do capital oriundo da oferta pública de ações.

### FIES

A **base de alunos FIES** cresceu consideravelmente em 2012 e manteve um bom ritmo de expansão no 1T13, atingindo 48,9 mil alunos ao final de março, um aumento de 113% sobre o 1T12 e 18% sobre o 4T12, representando 18,9% da nossa base de alunos de graduação presencial, no mesmo patamar do que vimos no 4T12. Isso reforça a capacidade da Estácio de apresentar crescimento de captação e base de alunos com a utilização responsável do FIES, que cada vez mais se mostra uma ferramenta decisiva para a retenção de alunos e o combate à inadimplência.

No processo de matrículas do 1T13, tivemos 10,2 mil novos alunos ingressantes que aderiram ao FIES, o que representa 11,3% da nossa captação total. O processo de adesão ao FIES continua ao longo do semestre e em abril já apresentamos cerca de 15 mil alunos ingressantes utilizando o FIES, o que representa cerca de 16,6% da captação.

Devemos lembrar também que em junho de 2012 a elegibilidade da nossa base de alunos ao FIES aumentou significativamente, atingindo 95% da base total, uma vez que tivemos a liberação para ofertar FIES para os cursos de Administração e Direito no Rio de Janeiro.

Tabela 18 – Base de Alunos FIES

Em mil	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	Var.
Alunos de Graduação Presencial	219,4	201,1	218,6	209,9	259,1	18,1%
<b>Alunos FIES</b>	<b>23,0</b>	<b>30,3</b>	<b>39,5</b>	<b>41,3</b>	<b>48,9</b>	<b>112,6%</b>
% de Alunos FIES	10,5%	15,1%	18,1%	19,7%	18,9%	8,4 p.p.

### Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos líquido** (mensalidades e acordos), incluindo recebíveis e receita líquida do FIES, apresentou um aumento de 2 dias em relação ao 1T12, ficando em 85 dias. Excluindo a receita líquida FIES e os recebíveis FIES do cálculo, nosso PMR ficou em 84 dias, 10 dias acima do 1T12.

O aumento do PMR no 1T13 está diretamente relacionado ao processo de adesão de alunos calouros ao FIES e também ao crescimento da inadimplência orgânica. Em março tínhamos cerca de 6 mil alunos em processo de contratação inicial do FIES que deixaram de pagar suas mensalidades do 1T13 até a formalização do contrato FIES, o que representou um aumento significativo em

## Comentário do Desempenho

nosso contas a receber. Tal fato se deve ao nosso maior rigor no processo de contratação do FIES, garantindo assim que toda receita atribuída ao aluno ingressante no FIES tenha o devido lastro contratual. Desta forma, enquanto o aluno ingressante não formaliza seu contrato inicial junto ao FIES, continuamos faturando as mensalidades e garantindo o processo de cobrança ativa para acelerar a adesão e formalização do seu contrato. Com a conversão de cerca de 4 mil alunos para o FIES em abril e o maior aperto no processo de cobrança de alunos ativos, já obtivemos ganhos expressivos no prazo médio de recebimento do 2T13.

**Tabela 19 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento**

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13	1T13 ex-aquisições
<b>Contas a Receber Bruto</b>	<b>358,5</b>	<b>350,9</b>	<b>351,6</b>	<b>362,3</b>	<b>428,5</b>	<b>413,2</b>
FIES	55,4	36,5	45,0	55,7	82,2	81,2
Mensalidades de alunos	246,6	261,7	251,5	267,7	289,9	278,4
Cartões a receber	21,9	20,0	25,3	19,0	27,1	26,6
Acordos a receber	33,7	32,8	29,8	19,9	29,3	27,1
Taxas a receber	0,8	(0,0)	-	-	-	-
Créditos a identificar	(6,1)	(5,7)	(5,3)	(6,2)	(3,6)	(3,7)
Saldo PDD	(73,9)	(77,2)	(81,9)	(76,4)	(77,6)	(73,3)
<b>Contas a Receber Líquido</b>	<b>278,5</b>	<b>268,0</b>	<b>264,4</b>	<b>279,7</b>	<b>347,4</b>	<b>336,2</b>
<b>Receita Líquida (Últimos 12 meses)</b>	<b>1.203,2</b>	<b>1.254,7</b>	<b>1.316,1</b>	<b>1.383,3</b>	<b>1.466,0</b>	<b>1.425,0</b>
<b>Dias do Contas a Receber Líquido</b>	<b>83</b>	<b>77</b>	<b>72</b>	<b>73</b>	<b>85</b>	<b>85</b>
<b>Receita Líquida Ex- FIES (Últimos 12 meses)</b>	<b>1.085,4</b>	<b>1.096,9</b>	<b>1.098,1</b>	<b>1.111,3</b>	<b>1.133,3</b>	
<b>Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES e Receita FIES</b>	<b>74</b>	<b>76</b>	<b>72</b>	<b>73</b>	<b>84</b>	

Obs.: O cálculo ex-aquisições desconsidera o resultado das adquiridas de 2012 (SEAMA, iDez, Uniul, FARGS e São Luís).

**Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES**

Prazo médio de recebimento - FIES	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
Contas a Receber FIES	55,4	36,5	45,0	55,7	82,2
Contas a Compensar FIES	8,1	2,3	10,9	1,1	0,4
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	117,7	157,8	218,0	272,0	332,7
<b>Dias do Contas a Receber FIES</b>	<b>194</b>	<b>88</b>	<b>92</b>	<b>75</b>	<b>89</b>

O **contas a receber FIES** aumentou R\$26,5 milhões em relação ao 4T12, em função do aumento da base de alunos FIES e, principalmente, do processo de aditamento de contratos, que se concentra nos primeiros meses do semestre. Como já havíamos comentado em 2012, a concentração dos processos de aditamento nos trimestres ímpares tende a elevar o prazo médio de recebimento FIES, como de fato podemos observar na tabela acima quando comparamos com o 4T12. Apesar de não haver risco de inadimplência sobre os recebíveis do FIES, seu aumento impacta nosso capital de giro. Contudo, o mais importante é destacar que ainda assim o dias do contas a receber FIES ficou em 89 dias, ou seja, temos um PMR FIES 105 dias menor do que o apresentado no 1T12 e 3 dias melhor que 3T12 (início do aditamento do 2º semestre), mesmo com uma base de alunos substancialmente maior, evidenciando a melhoria inequívoca do processo de aditamento. Para o próximo trimestre, já podemos observar a melhora esperada no cenário de geração de caixa a partir do FIES, com o prosseguimento do processo de aditamento em abril e maio.

Consideramos que o patamar do nosso contas a receber FIES, em torno de R\$82 milhões, ou cerca de 2 vezes a receita líquida mensal do FIES, é adequado para a expansão sustentável da base FIES em nossa operação.

O **contas a compensar** apresentou uma redução de R\$0,7 milhão, atingindo um patamar ainda mais baixo do que o registrado no 4T12, resultado dos leilões de recompra e pagamento de impostos que vem acontecendo normalmente.

**Tabela 21 – Movimentação do Contas a Receber FIES\***

## Comentário do Desempenho

Contas a Receber FIES (R\$ milhões)	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
Saldo Inicial	36,5	55,4	36,5	45,0	55,7
(+) Receita Líquida FIES	42,4	60,7	78,7	90,2	103,1
(-) Repasse	21,1	75,6	70,1	81,0	74,7
(-) PDD FIES	2,3	4,1	1,0	1,8	-2,0
(+) Adquiridas	-	-	0,8	-0,3	-
Saldo Final	55,4	36,5	45,0	55,7	82,2

Tabela 22 – Movimentação do Contas a Compensar FIES\*

Contas a Compensar FIES (R\$ milhões)	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
Saldo Inicial	13,7	8,0	2,3	10,9	1,1
(+) Repasse	21,1	75,6	70,1	81,0	74,7
(-) Impostos	22,3	33,0	43,0	48,5	44,7
(-) Recomprou em leilão	4,5	50,2	18,5	42,7	30,6
(+) Adquiridas	-	1,9	-	0,4	-
Saldo Final	8,0	2,3	10,9	1,1	0,4

Tabela 23 – Aging do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	1T12	%	1T13	%
FIES	55,4	15%	82,2	19%
A vencer	101,4	28%	91,6	21%
Vencidas até 30 dias	52,9	15%	88,8	21%
Vencidas de 31 a 60 dias	20,8	6%	26,6	6%
Vencidas de 61 a 90 dias	6,9	2%	13,7	3%
Vencidas de 91 a 179 dias	47,2	13%	48,0	11%
Vencidas há mais de 180 dias	73,9	21%	77,6	18%
<b>TOTAL</b>	<b>358,5</b>	<b>100%</b>	<b>428,5</b>	<b>100%</b>

Tabela 24 – Aging dos Acordos a Receber<sup>1</sup>

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	1T12	%	1T13	%
A vencer	19,5	58%	18,4	63%
Vencidas até 30 dias	2,5	7%	2,8	10%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,2	4%	1,0	3%
Vencidas de 61 a 90 dias	1,3	4%	0,6	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	4,1	12%	2,1	7%
Vencidas há mais de 180 dias	5,1	15%	4,5	15%
<b>TOTAL</b>	<b>33,7</b>	<b>100%</b>	<b>29,3</b>	<b>100%</b>
% sobre o Contas a Receber Bruto	9%		7%	

<sup>1</sup>Não considera acordos com cartões de crédito

Nossa carteira de recebíveis continua saudável em 2013. Graças à continuidade de nossas políticas rigorosas para renegociação de dívidas, no 1T13 contamos com apenas 7% do total de recebíveis originados de renegociações com alunos, 2 p.p. abaixo do 1T12, mantendo a tendência de uma carteira de renegociações sob controle. O percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 24% do total de acordos, ou seja, apenas 1,7% do total de nossa carteira de recebíveis.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 25 e 26 demonstram como a nossa PDD é constituída, e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

## Comentário do Desempenho

Tabela 25 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R\$ milhões	31/12/2012	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31/03/2013
Mensalidades e taxa	59,7	29,8	(14,5)	15,3	(13,1)	61,9
Adquiridas	16,7	3,7	(1,0)	2,7	(3,7)	15,7
<b>TOTAL</b>	<b>76,4</b>	<b>33,5</b>	<b>(15,5)</b>	<b>18,0</b>	<b>(16,8)</b>	<b>77,6</b>

Tabela 26 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	31/03/2013
Complemento da provisão	18,0
Baixa de cobrança e depósito não identificados	0,4
Outros	(0,6)
<b>Total</b>	<b>17,8</b>

### Investimento (CAPEX e Aquisições)

Tabela 27 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	1T12	1T13	Variação
<b>CAPEX Total</b>	<b>24,8</b>	<b>13,8</b>	<b>-44,3%</b>
<b>Manutenção</b>	<b>8,4</b>	<b>8,3</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Discricionário, Expansão e Aquisições</b>	<b>16,4</b>	<b>5,5</b>	<b>-66,4%</b>
Modelo de Ensino	4,0	1,9	-52,7%
Nova Arquitetura de TI	4,5	1,5	-67,0%
Projeto Tablet	3,6	2,1	-41,7%
Expansão	4,2	-	-100,0%
Aquisições	-	-	N.A.

O **CAPEX total** no 1T13 apresentou uma redução de 44,3% em relação ao 1T12, somando R\$13,8 milhões no trimestre, influenciado pela redução do nível de CAPEX em projetos discricionários.

O **CAPEX de manutenção** totalizou R\$8,3 milhões no 1T13, no mesmo patamar apresentado no 1T12, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. No 1T13, também foram investidos cerca de R\$1,9 milhão no projeto do **Modelo de Ensino** (construção de conteúdo e desenvolvimento e produção EAD); R\$2,1 milhões do Projeto *Tablet*; e R\$1,5 milhão na aquisição de hardware e licenças para o desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento da Companhia.

### Capitalização e Caixa

Tabela 28 – Capitalização e Caixa

## Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	31/03/2012	31/12/2012	31/03/2013
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>659,6</b>	<b>707,0</b>	<b>1.371,3</b>
<b>Caixa e disponibilidades</b>	<b>182,7</b>	<b>140,5</b>	<b>747,5</b>
<b>Endividamento bruto</b>	<b>(273,9)</b>	<b>(312,5)</b>	<b>(309,8)</b>
Empréstimos bancários	(265,3)	(279,7)	(278,8)
Curto prazo	(15,5)	(13,9)	(14,0)
Longo prazo	(249,8)	(265,9)	(264,8)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(4,1)	(24,2)	(22,8)
Parcelamento de tributos	(4,5)	(8,6)	(8,1)
<b>Caixa / Dívida líquida</b>	<b>(91,2)</b>	<b>(172,0)</b>	<b>437,7</b>

Ao final do 1T13, o **caixa e disponibilidades** totalizavam R\$747,5 milhões, um aumento de R\$607,0 milhões de reais, como consequência principalmente da Oferta Pública de Ações realizada em janeiro. Tais recursos estão aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** bancário de R\$278,8 milhões corresponde à primeira emissão de debêntures da Companhia de R\$200 milhões, às linhas de financiamento junto ao IFC (primeiro empréstimo de R\$48,5 milhões e primeiro saque referente à segunda linha de financiamento, em torno de R\$20 milhões) e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$22,8 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$309,8 milhões ao final do trimestre. Dessa forma, o **caixa líquido** da Estácio encerrou o 1T13 em R\$437,7 milhões.

### Fluxo de Caixa

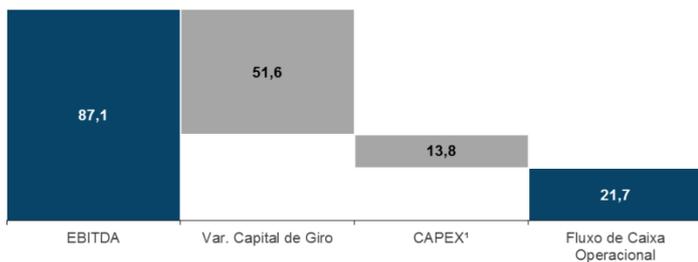
No 1T13, a variação negativa de R\$51,6 milhões do capital de giro é explicada basicamente pelo aumento do Contas a Receber (R\$67,7 milhões). Importante notar que a variação do contas a receber foi principalmente afetada pelo aumento de R\$26,5 milhões nos recebíveis do FIES, que não apresentam risco de crédito, e que neste trimestre foram impactados pela sazonalidade do aditamento dos contratos. Com o prosseguimento normal dos processos de aditamento, já podemos observar tendências positivas para a geração de caixa do 2T13.

Essa variação negativa no capital de giro, somada ao CAPEX de R\$13,8 milhões, consumiu apenas parte dos R\$87,1 milhões de EBITDA gerados no trimestre, gerando um **fluxo de caixa operacional positivo** de R\$21,7 milhões.

A **geração de caixa operacional antes de CAPEX** foi de R\$35,5 milhões no primeiro trimestre.

### Gráfico 1 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – Trimestral

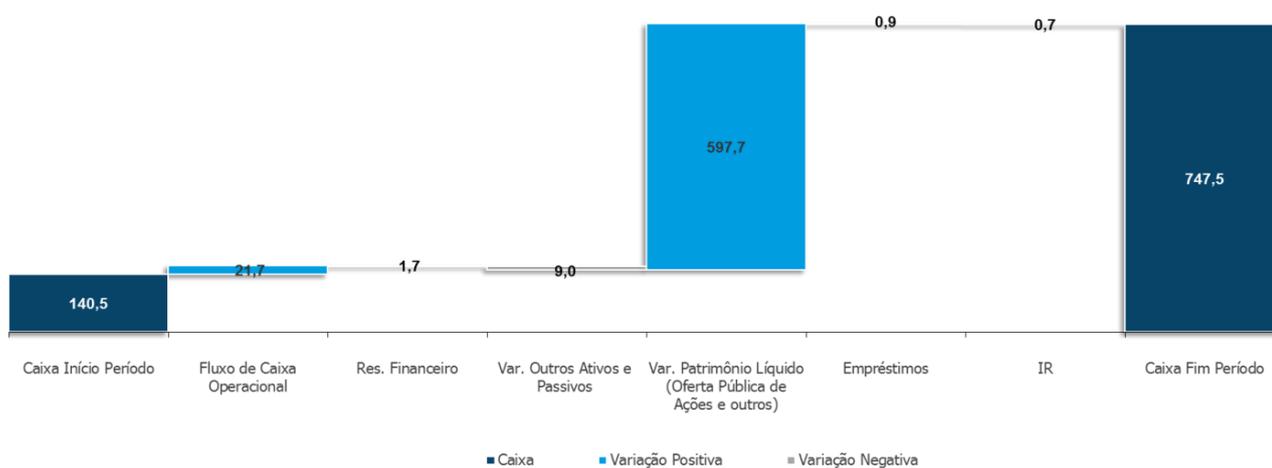
## Comentário do Desempenho



¹CAPEX excluindo Aquisições.

Nesse trimestre, o fluxo de caixa operacional positivo em R\$21,7 milhões e os recursos do *follow-on* realizado em janeiro foram os principais responsáveis pela variação positiva do Caixa da Estácio, que fechou o trimestre totalizando R\$747,5 milhões.

Gráfico 2 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Trimestral



## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui doze empresas, sendo dez mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e três faculdades, distribuídas em vinte Estados do país.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de maio de 2013, autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias.

#### 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

##### 2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.24).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) /IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 (R1) /IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – “Demonstrações Intermediárias” e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis intermediárias consolidadas.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas nas informações contábeis intermediárias para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2012.

Para melhor comparabilidade das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2012, a Companhia efetuou a reclassificação de R\$ 3.665 (controladora) e R\$ 4.243 (consolidado) da atividade de investimento para a operacional.

## 2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	<u>Direta - %</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	100	100
Estácio Editora	100	100
	<u>Indireta - %</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educativa do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A ("Unisãoluis")	100	100
UNIUNOL Gestão de Empreendimentos Educativos e Participações S.A. ("UNIUNOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("Seama")	100	100

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

### 2.3 Combinação de negócios

Não houve aquisição de novos negócios durante os três meses findos em 31 de março de 2013.

As aquisições ocorridas no exercício de 2012 estão resumidas a seguir:

#### (i) Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")

Em 5 de abril de 2012, o Grupo adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da SEAMA, mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 20.110, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Essa aquisição possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade.

**(ii) IDEZ Empreendimentos Educacionais  
Sociedade Simples LTDA ("IDEZ")**

Em 25 de junho de 2012, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da IDEZ, mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$ 1.982, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

**(iii) Sociedade Educacional do  
Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")**

Em 1º de agosto de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da FARGS, mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

**(iv) UNIUOL Gestão de Empreendimentos  
Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")**

Em 21 de agosto de 2012 o Grupo adquiriu a totalidade das ações da UNIUOL, mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor transação da UNIUOL foi de R\$ 616, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnológicos e 6 de pós-graduação.

**(v) Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis")**

Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Unisãoluis, com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 22.154, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos. A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das aquisições, realizadas em 2012:

**Contraprestações pagas e valores dos ativos adquiridos  
e passivos assumidos - Aquisições realizadas em 2012**

	<u>SEAMA</u>	<u>IDEZ</u>	<u>FARGS</u>	<u>UNIUOL</u>	<u>Unisãoluis</u>	<u>Total</u>
<b>Valor da aquisição</b>						
Caixa	15.110	1.586	7.000	566	9.957	34.219
Compromissos a pagar	<u>5.000</u>	<u>396</u>	<u>2.000</u>	<u>50</u>	<u>12.197</u>	<u>19.643</u>
Total da Contraprestação	20.110	1.982	9.000	616	22.154	53.862
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>(1.243)</u>	<u>670</u>	<u>(387)</u>	<u>652</u>	<u>7.636</u>	<u>7.328</u>
Ágio	<u>18.867</u>	<u>2.652</u>	<u>8.613</u>	<u>1.268</u>	<u>29.790</u>	<u>61.190</u>
Fundo de comércio	832	605	558	312	3.288	5.595
Goodwill	18.035	2.047	8.055	956	26.502	55.595
	<u>SEAMA</u>	<u>IDEZ</u>	<u>FARGS</u>	<u>UNIUOL</u>	<u>Unisãoluis</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	606	221	370	104	232	1.533
Clientes	2.819	96	565	122	351	3.953
Credores diversos	102	14	256	1	3	376
Despesas antecipadas			10			10
Depósitos judiciais	315		26		123	464
Imobilizado	1.364	260	568	160	2.736	5.088
Empréstimos e financiamentos	(1.403)		(5)	(7)	(456)	(1.871)
Fornecedores	(115)	(5)	(38)	(8)	(653)	(819)
Obrigações trabalhistas	(650)	(641)	(828)	(649)	(470)	(3.238)
Obrigações tributárias	(502)	(173)	(43)	(227)	(441)	(1.386)
Contas a pagar	(2)	(32)	(76)	(7)	(162)	(279)
Partes relacionadas		(109)				(109)
Outras obrigações	(3)	(230)	(150)	(92)	(5.794)	(6.269)
Provisões	<u>(1.288)</u>	<u>(71)</u>	<u>(268)</u>	<u>(49)</u>	<u>(3.105)</u>	<u>(4.781)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.243</u>	<u>(670)</u>	<u>387</u>	<u>(652)</u>	<u>(7.636)</u>	<u>(7.328)</u>

**2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**(a) Receita de serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### 2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

#### 2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

#### 2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

#### 2.9 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

#### 2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as informações contábeis intermediárias individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas informações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

#### 2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.12 Intangível

##### (a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas informações contábeis intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

##### (b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

##### (c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

#### 2.13 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### 2.14 **Arrendamento mercantil**

##### **Arrendamento financeiro**

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

##### **Arrendamento operacional**

São reconhecidos no resultado do período pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontada a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

#### 2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

#### Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

#### PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

#### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### 2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

#### 2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

#### 2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

#### 2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### 2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

##### Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

##### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	<u>Em percentuais</u>
	<u>31/12/2012</u>
Margem bruta (i)	38,7%
Taxa de crescimento (ii)	5%
Taxa de desconto (iii)	14,6%

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

#### (ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

#### (iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### (iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

#### 2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de informações contábeis intermediárias e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 2.27 Instrumentos financeiros

##### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

#### (b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía operações com derivativos.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

#### 2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, mas não trouxeram impactos para o Grupo:

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados".
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa e bancos	109	132	18.395	18.132
Aplicações financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa	109	132	18.395	18.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	144.557	39.505	149.454	51.068
Fundo de Investimento	124.533	1.105	131.012	2.908
Operações Compromissadas	385.849	47.885	448.630	68.364
Títulos e valores mobiliários	654.939	88.495	729.096	122.340
	655.048	88.627	747.491	140.472

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados por dois indexadores, pelo CDI com taxas variando de 95,0% a 100,7% em 31 de março de 2013 ( de 101,5% a 101,8% em 31 de março de 2012) e IPCA, onde são acrescidos de 2,44% a.a. (operação não existe em 31 de março de 2012).

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 80% a 105,7% do CDI em 31 de março de 2013 (de 102,5% do CDI em 31 de março de 2012).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2013 - 7,25%; 2012 - 9,25%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de março de 2013 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 4 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
FIES	82.211	55.735
Mensalidades de alunos	257.565	235.319
Contas a receber PJ	32.336	32.349
Cartões a receber	27.130	18.982
Acordos a receber	<u>29.301</u>	<u>19.896</u>
	<u>428.543</u>	<u>362.281</u>
Créditos a identificar	(3.566)	(6.187)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(77.612)</u>	<u>(76.437)</u>
	<u><u>347.365</u></u>	<u><u>279.657</u></u>

Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostas federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>%</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>%</b>
FIES	82.211	19	55.735	15
A vencer	91.626	21	76.258	21
Vencidas até 30 dias	88.806	21	37.217	10
Vencidas de 31 a 60 dias	26.600	6	31.599	9
Vencidas de 61 a 90 dias	13.675	3	28.839	8
Vencidas de 91 a 179 dias	48.013	11	56.196	16
Vencidas a mais de 180 dias	77.612	19	76.437	21
	<b>428.543</b>	<b>100</b>	<b>362.281</b>	<b>100</b>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>%</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>%</b>
A vencer	18.356	63	7.558	38
Vencidas até 30 dias	2.825	10	2.349	12
Vencidas de 31 a 60 dias	1.013	3	917	5
Vencidas de 61 a 90 dias	588	2	1.109	5
Vencidas de 91 a 179 dias	2.055	7	3.159	16
Vencidas a mais de 180 dias	4.464	15	4.804	24
	<b>29.301</b>	<b>100</b>	<b>19.896</b>	<b>100</b>

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/12	Aumento bruto da provisão para inadimplência		Efeito líquido da provisão		31/03/13
		Recuperação da inadimplência	Baixa			
Mensalidades e taxas	59.702	29.819	(14.497)	15.322	(13.094)	61.930
Adquiridas	16.735	3.708	(1.027)	2.681	(3.734)	15.682
	<b>76.437</b>	<b>33.527</b>	<b>(15.524)</b>	<b>18.003</b>	<b>(16.828)</b>	<b>77.612</b>

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

- (i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (iv) Para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC, constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 26), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
Complemento da provisão	18.003	13.325
Baixa de cobrança e depósito não identificado	(2.561)	(1.469)
Risco de crédito – FIES		2.188
Outros	<u>(640)</u>	
	<u>14.802</u>	<u>14.044</u>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5 Transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		<u>Indexação</u>
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	
<b>Ativo circulante</b>					
<b>Mútuo</b>					
<b>Sociedades controladas</b>					
SESES	813	813			110% CDI
IREP	78	78			110% CDI
Editora	6	6			110% CDI
	<u>897</u>	<u>897</u>			
<b>Pessoas ligadas</b>			<u>259</u>	<u>259</u>	100% CDI
	<u>897</u>	<u>897</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	
<b>Despesas antecipadas (i)</b>			975	1.300	
<b>Fundo de investimento (ii)</b>			<u>1.040</u>	<u>1.027</u>	
			<u>2.015</u>	<u>2.327</u>	
<b>Ativo não circulante</b>					
<b>AFAC - Investimentos (Nota 8)</b>					
Nova Academia	70	705			
SESES	<u>10.450</u>	<u>35.900</u>			
	<u>10.520</u>	<u>36.605</u>			
<b>Passivo circulante</b>					
<b>Sociedades controladas</b>					
SESES	3.590	3.119			110% CDI
IREP	<u>3</u>	<u>3</u>			110% CDI
	<u>3.593</u>	<u>3.122</u>			

**Composição resultado**

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
<b>Resultado em operações de mútuo</b>		
Juros recebidos	-	(380)
Juros pagos	-	<u>149</u>
Resultado líquido em 31 de março	<u>-</u>	<u>(231)</u>

- (i) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda ("ARemor"), empresa pertencente a um membro da Diretoria da Companhia, cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte,

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à ARemor R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

- (ii) Em 16 de agosto de 2012, a Companhia aplicou o valor de R\$ 1.000 no Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual, cuja carteira é composta por cotas do fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP ("Fundo BRZ"). A GP Investimentos possui participação de 91,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Em 31 de março de 2013, a Companhia possui R\$ 1.040 aplicados no respectivo fundo.

### 6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Seguros	71	100	2.114	1.393
IPTU a apropriar			5.215	
Material didático (*)			12.572	6.128
Antecipação de férias e encargos			16.901	21.522
Outras despesas antecipadas		442	2.903	3.225
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>542</b>	<b>39.705</b>	<b>32.268</b>
Ativo circulante	71	542	37.160	30.931
Ativo não circulante			2.545	1.337
	<b>71</b>	<b>542</b>	<b>39.705</b>	<b>32.268</b>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(\*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período a que se referem.

**Impostos e contribuições**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
IRPJ	6.501	6.301	14.690	15.761
CSLL	249	249	1.424	2.112
PIS	(1)	(2)	396	171
COFINS	(4)	(5)	1.558	501
ISS	74	74	13.500	11.581
INSS			585	1.194
FGTS			43	43
IOF	106	105	112	111
	<b>6.925</b>	<b>6.722</b>	<b>32.308</b>	<b>31.474</b>
Ativo circulante	202		9.563	10.588
Ativo não circulante	6.723	6.722	22.745	20.886

**Investimentos em controladas**

	<b>Controladora</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda- Seses	512.694	453.115
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	388.745	350.141
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	14.900	14.814
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	(20)	(18)
	<b>916.319</b>	<b>818.052</b>

As informações das controladas está representada a seguir:

	<b>Participação</b>	<b>Qtd. de quotas</b>	<b>Total de ativos</b>	<b>Total de passivos</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Ágio</b>	<b>Resultado da equivalência Patrimonial</b>
Seses	100%	322.127	686.948	184.739	502.244	10.450		28.751
Irep	100%	211.000	500.105	173.802	326.303		62.442	38.603
Nova Academia de Concurso	100%	5.421	4.294	3.483	811	70	14.018	(225)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	40	64	(24)		5	(1)
Total - 31 de março de 2013			<b>1.191.387</b>	<b>362.088</b>	<b>829.334</b>	<b>10.520</b>	<b>76.465</b>	<b>67.128</b>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>Participação</u>	<u>Qtd. de quotas</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Ágio</u>	<u>Resultado da equivalência Patrimonial</u>
Seses	100%	267.227	609.571	192.357	417.214	35.900		50.884
Irep	100%	211.000	454.503	166.804	287.699		62.442	84.881
Nova Academia de Concurso	100%	4.475	3.995	3.903	92	705	14.018	(1.623)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	64	(23)		5	(8)
Total - 31 de dezembro de 2012			<u>1.068.110</u>	<u>363.128</u>	<u>704.982</u>	<u>36.605</u>	<u>76.465</u>	<u>134.134</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

**Investimentos em controladas  
em 31 de dezembro de 2011**663.058

Equivalência patrimonial	134.134
Aumento de capital	94.648
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.492)
Dividendos	(93.699)
Reserva de retenção de lucros (i)	23.865
Opções outorgadas	<u>4.538</u>

**Investimentos em controladas  
em 31 de dezembro de 2012**818.052

Equivalência patrimonial	67.128
Aumento de capital	55.845
Adiantamento para futuro aumento de capital	(26.085)
Opções outorgadas	<u>1.379</u>

**Investimentos em controladas  
em 31 de março de 2013**916.319

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.866. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.865 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de março de 2013.

## Notas Explicativas

## Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 9 Intangível

	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395		7.993	227.857
Decorrente de combinação de negócio											2		2
Adições				61.271	18.060	386		11.597		1.143		11.538	104.004
Transferências				(5.595)	(15)	15				5.595			
Depreciação/amortização	(1)	(273)	(274)	(13.971)	(13.971)	(2.851)	(388)	(1.306)	(460)	(4.627)	(2)	(351)	(23.965)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898
Adições	4		4		3.713			1.886				3.261	8.860
Baixas					(2.331)								(2.331)
Depreciação/amortização	(1)	(41)	(42)		(2.629)	(713)	(97)	(467)	(117)	(857)		(424)	(5.304)
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	8	504	512	197.266	29.803	4.825	440	41.831	1.292	11.649		22.017	309.123
	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>													
Custo total	11	818	829	204.190	71.108	14.656	1.940	48.723	2.348	17.133		23.058	383.156
Amortização acumulada	(3)	(314)	(317)	(6.924)	(41.305)	(9.831)	(1.500)	(6.892)	(1.056)	(5.484)		(1.041)	(74.033)
Valor residual	8	504	512	197.266	29.803	4.825	440	41.831	1.292	11.649		22.017	309.123
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>													
Decorrente de combinação de negócio											2		2
Custo total	7	818	825	204.190	70.565	14.656	1.940	46.837	2.348	17.133		19.796	377.465
Amortização acumulada	(2)	(273)	(275)	(6.924)	(39.513)	(9.118)	(1.409)	(6.425)	(939)	(4.627)	(2)	(616)	(69.569)
Valor residual	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898
Taxas anuais de amortização	20% a.a.	20% a.a.		Indefinida	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	5% a.a.	20% a.a.	20% a.a.		20% a.a.	

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Ágio em aquisições de investimentos		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Idez	2.047	2.047
Fargs	8.055	8.055
Seama	18.035	18.035
Uniol	956	956
São Luis	26.502	26.502
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estacio Editora	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>197.266</u>	<u>197.266</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2012, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Imobilizado****Imobilizado - Controladora**

	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	6.068	6.068
Depreciação/amortização	<u>(2.361)</u>	<u>(2.361)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Depreciação/amortização	<u>(591)</u>	<u>(591)</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	<u>3.116</u>	<u>3.116</u>
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	<u>(5.963)</u>	<u>(5.963)</u>
Valor residual	<u>3.116</u>	<u>3.116</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	<u>(5.372)</u>	<u>(5.372)</u>
Valor residual	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Taxa anual de depreciação	25,0%	

## Notas Explicativas

## Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas/hospitaisares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobi- lização	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Adições		961	2.569	3.782	6.834	9.651	4.566	6.818	1.608	12.165	14.809	512	64.255
Baixas	(350)	(280)	(9)	(25)	(161)	(38)	(12)	(8)		(12)		(1.047)	(1.924)
Transferências		1.374	10.767							8			(12.141)
Depreciação/amortização		(1.118)	(7.719)	(2.957)	(11.679)	(5.960)	(876)	(2.706)	(893)	(1.618)			(1.034)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	19.480	46.451	35.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Adições		58	30	614	60	157	138	220	121	2.288			4.895
Baixas				(15)	(7)	(34)	(6)			(9)			(166)
Transferências		158											(95)
Depreciação/amortização		(284)	(2.207)	(865)	(3.022)	(1.504)	(292)	(764)	(245)	(672)			(158)
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	19.480	46.225	33.845	24.422	25.705	24.804	13.973	45.171	7.491	21.704	25.284	705	289.160
Decorrente de combinação de negócio													
Custo total	19.480	84.668	106.876	54.633	84.413	65.649	25.759	82.154	12.713	27.762	25.284	12.050	601.481
Depreciação acumulada		(38.443)	(73.031)	(30.211)	(58.638)	(40.753)	(11.796)	(36.980)	(6.222)	(5.968)		(11.253)	(312.321)
Valor residual	19.480	46.225	33.845	24.422	25.705	24.804	13.973	45.171	7.491	21.704	25.284	705	289.160
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>													
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			4.663
Custo total	19.480	84.610	100.234	51.084	82.140	63.499	25.286	77.541	12.498	24.041	24.328	12.050	577.701
Depreciação acumulada		(38.363)	(66.217)	(27.347)	(53.326)	(37.905)	(11.309)	(33.077)	(4.011)	(4.071)		(10.900)	(287.704)
Valor residual	19.480	46.247	33.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Taxas anuais de depreciação		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%			

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de Dezembro de 2012</b>
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	43.258	43.258
Depreciação acumulada	(31.575)	(30.552)
Saldo contábil, líquido	<u>11.683</u>	<u>12.706</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

### 11 Empréstimos e financiamentos

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
<b>Em moeda nacional</b>					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			228	228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a			4	4
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			5.042	5.813
Contratos de arrendamento mercantil Assist				1.159	1.325
Contratos de arrendamento mercantil CIT				28	33
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês			8	8
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	67.673	67.315	67.673	67.315
Emissão de Debêntures	CDI +1,60%	204.421	200.330	204.421	200.331
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú (Nota 18(d))		251	4.660	251	4.660
Empréstimo - Banco do Brasil				3	7
		<u>272.345</u>	<u>272.305</u>	<u>278.817</u>	<u>279.724</u>
Passivo circulante		10.117	9.978	13.990	13.856
Passivo não circulante		<u>262.228</u>	<u>262.327</u>	<u>264.827</u>	<u>265.868</u>
		<u>272.345</u>	<u>272.305</u>	<u>278.817</u>	<u>279.724</u>

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de captação somam R\$ 3.971 em 31 de março de 2013, sendo R\$ 2.767 dos empréstimos com o IFC (R\$ 616 do 1º empréstimo e R\$ 2.151 do 2º empréstimo) e R\$ 1.204 das debêntures. A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 9,36%.

O Grupo possui a seguinte linha de crédito não utilizadas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Taxa variável		
Com vencimento em até um ano	<u>120.729</u>	<u>122.574</u>
	<u>120.729</u>	<u>122.574</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
2014	27.327	27.336	28.184	28.509
2015	48.683	48.690	49.554	49.874
2016	68.683	68.690	69.554	69.874
2017	88.683	88.690	88.683	88.690
2018	8.683	8.691	8.683	8.691
2019	8.872	8.892	8.872	8.892
2020	8.872	8.892	8.872	8.892
2021	<u>2.425</u>	<u>2.446</u>	<u>2.425</u>	<u>2.446</u>
Passivo não circulante	<u>262.228</u>	<u>262.327</u>	<u>264.827</u>	<u>265.868</u>

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 21.

#### (a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 43.258.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

#### (c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. A presente emissão não possuía cláusula de repactuação. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	<b>31 de março de 2013</b>
2013	5.364
2014	19.622
2015	39.812
2016	59.812
2017	<u>79.811</u>
Total	<u><u>204.421</u></u>

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 8,70% (2012 - 8,60%).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em Reais.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Salários e encargos sociais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Salários e encargos sociais a pagar	131	136	69.058	50.367
Provisão de férias			18.845	15.360
Provisão de 13º salário			6.003	
	<u>131</u>	<u>136</u>	<u>93.906</u>	<u>65.727</u>

**13 Obrigações tributárias**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
ISS a recolher		2	14.339	11.161
IRRF a recolher	26	16	6.055	5.583
PIS e COFINS a recolher	45	3	1.046	922
IOF			384	384
	<u>71</u>	<u>21</u>	<u>21.824</u>	<u>18.050</u>
IRPJ a recolher			2.449	3.031
CSLL a recolher	3	3	927	1.148
	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3.376</u>	<u>4.179</u>
	<u>74</u>	<u>24</u>	<u>25.200</u>	<u>22.229</u>

**14 Parcelamentos de tributos**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
IRPJ	72	72
CSLL	116	115
FGTS	12	12
ISS	108	167
PIS	85	66
COFINS	344	346
INSS	7.380	7.842
	<u>8.117</u>	<u>8.620</u>
Passivo circulante	1.992	2.210
Passivo não circulante	6.125	6.410
	<u>8.117</u>	<u>8.620</u>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
2014	669	697
2015	669	697
2016	669	697
2017	669	697
2018 a 2027	<u>3.449</u>	<u>3.622</u>
	<u>6.125</u>	<u>6.410</u>

**15 Compromissos a pagar**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Atual	72	500
Fal	1.012	888
Fatern	1.972	1.730
Seama	5.260	5.145
Idez	454	445
Fargs	2.104	2.072
Uniuol	595	583
São Luis	<u>11.355</u>	<u>12.802</u>
	<u>22.824</u>	<u>24.165</u>
Passivo circulante	11.199	12.985
Passivo não circulante	<u>11.625</u>	<u>11.180</u>
	<u>22.824</u>	<u>24.165</u>

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente a aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigidos mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16 Provisões para contingências**

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Provisão para contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>		
Cíveis	3.856	13.437
Trabalhistas	19.905	63.709
Tributárias	8	8.118
	<u>23.769</u>	<u>85.264</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		
Cíveis	3.955	13.138
Trabalhistas	19.241	62.157
Tributárias	9	7.926
	<u>23.205</u>	<u>83.221</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>				
Adições	8	19.216	3.981	23.205
Reversões		9.426	713	10.139
		(8.737)	(838)	(9.575)
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	<u>8</u>	<u>19.905</u>	<u>3.856</u>	<u>23.769</u>

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

#### Composição resultado

Adições	10.139
Reversões	(9.575)
Reversão Responsabilidade Antigos Quotistas	(212)
Outros	(70)
	<u>282</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	<u>282</u>

#### (a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.856 em 31 de março de 2013 (R\$ 3.955 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores R\$ mil</u>
INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS	2.710
COBRANÇA INDEVIDA	657
OUTROS*	258
IMPEDIMENTO DE MATRICULA/REMATRICULA	81
PROBLEMAS COM DISCIPLINA	56
DEVOLUÇÃO DE TAXAS	53
DEMORA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	41
<b>Total Geral</b>	<b>3.856</b>

- Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2013 é de 73.358 (R\$ 73.148 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- Ação de cobrança decorrente de contrato de seguro de saúde, através da qual a seguradora que atendia os nossos colaboradores alega possuir um crédito em face da Companhia, oriundo de suposto excesso na taxa de sinistralidade. Alega a Seguradora que o prêmio pago não foi suficiente para suportar todos os sinistros verificados na vigência do seguro saúde dos funcionários da Companhia. O processo encontra-se em fase de conhecimento. O valor estimado para esse processo é de R\$ 5.782.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação da Companhia no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. Em 15 de setembro de 2011, foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelas partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500;
- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo a Companhia, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 1.000.

#### (b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 19.905 em 31 de março de 2013 (R\$ 19.241 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<b>Objetos</b>	<b>Valores</b>
DIFERENÇAS SALARIAIS+ REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA + MULTA CCT + FGTS + AVISO	4.298
OUTROS*	3.694
MULTAS (ART. 467 CLT, ART. 477CLT E CCT/ACT)	3.167
HORAS EXTRAS + SUPRESSÃO INTER + INTRA	2.790
DANO MORAL/ MATERIAL/ ASSÉDIO MORAL	2.187
RETIFICAÇÃO CTPS + RESCISÃO INDIRETA + RECONHECIMENTO VÍNCULO	1.206
FÉRIAS	1.131
ADICIONAIS (INSALUBRIDADE/NOTURNO/ APRIMORAMENTO/ TEMPO DE SERVIÇO/ PERICULOSIDADE)	754
DESVIO DE FUNÇÃO E EQUIPARAÇÃO	679
<b>Total Geral</b>	<b>19.905</b>

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do Sindicato.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 31 de março de 2013 é de R\$ 74.189 (R\$ 104.324 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda possível, destacam-se aquelas movidas por Sindicatos de Professores, tais como:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor atribuído pelo Sindicato é de R\$ 1.500;
- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a consequente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 500;
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de perícia. O valor atribuído aleatoriamente à causa pela parte autora é de R\$ 50.

#### (c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 8 em 31 de março de 2013 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2012).

	<b>Valores</b>
MULTA APLICADA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	<u>8</u>
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>

Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de março de 2013 é de R\$ 331.286 (R\$ 336.668 em 31 de dezembro de 2012).

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Companhia informa, ainda, que as ações tributárias classificadas com risco de perda remota, na mesma data, alcançam o valor de R\$ 603.000

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis, podemos destacar:

- (i) Em 2008, foram lavrados 24 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da controlada SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia em 2011, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido dessas autuações é de R\$ 556.600, sem considerar os efeitos da referida decadência. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.
- (ii) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia em 2012, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 187.400. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Em 2008, foi movida Ação Popular, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Contra tal decisão, o autor apresentou recurso de apelação. Em 10 de maio de 2012, foi publicado acórdão (decisão de 2ª instância judicial) que reverteu o teor da decisão proferida em 1ª instância para reconhecer a legitimidade passiva da Companhia. Em virtude dessa decisão, a Companhia interpôs Recursos Especial e Extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 205.300.
- (iv) Em 2009, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma “nova sociedade por quotas limitadas”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 165.700. A classificação de risco de perda atribuída pelos os assessores jurídicos externos é remota.
- (v) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$11.900.
- (vii) Em 2005, foi interposta Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.179. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é remota e o valor total envolvido é de R\$ 35.662.
- (viii) Em 1997, foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (ix) Em 2008, foi interposta ação anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.900;
- (x) Em 2010, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.700;
- (xi) Em 2012, foi interposta ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$3.400; e
- (xii) Em 2011, foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP (Guia Fiscal de Informações Previdenciárias) de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 22.600. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiii) Em 2012, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da Estácio Participações, tendo por objeto supostos débitos de IRPJ e CSLL. O auto questiona a suposta impossibilidade de dedução de uma série de despesas por não se enquadrarem no conceito de operacionais (art. 299 do Decreto nº 3.000/1999). Foi apresentada impugnação, em 6 de novembro de 2012, através da qual, em linhas gerais, foi sustentado o enquadramento no conceito de operacional. Atualmente, a referida impugnação está pendente de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 3.870. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (xiv) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados nos autos de infração nº.:39.808401-7, 39.838008-2 e 39.808402-5, referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 24.960. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xv) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados no auto de infração nº. 36.266.291-6, referente a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 3.030. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xvi) Em 2005, foi distribuída Ação Anulatória pela SESES, em face da União Federal, para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009, ainda não julgado. O valor total depositado e envolvido é de R\$ 1.405. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.

17

#### Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de março de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 14.192 (R\$ 14.914 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18

#### Patrimônio líquido

(a)

##### Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de março de 2013 o capital social é representado por 97.192.451 ações ordinárias.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	31 de março de 2013	%	31 de dezembro de 2012	%
Private Equity C, LLC	11.773.461	12,1	15.290.209	18,5
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	328.639	0,3	426.804	0,5
Administradores e Conselheiros	518.299	0,5	533.799	0,6
Tesouraria	590.200	0,6	384.600	0,5
Outros	83.981.852	86,5	65.869.939	79,9
	<u>97.192.451</u>	<u>100,0</u>	<u>82.505.351</u>	<u>100,0</u>

Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 20 de abril, 12 de setembro de 2012, 24 de janeiro e 30 de janeiro de 2013, foram aprovadas a emissão privada de 182.622, 70.792, 12.771.392 e 1.915.708 ações ordinárias nominativas, respectivamente, sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 3.406, R\$ 1.521, R\$ 536.398 e R\$ 80.460, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

#### (b) Movimentação das ações do capital

<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	82.505.351
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 24 de janeiro de 2013	12.771.392
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- AGO 31 de janeiro de 2013	1.915.708
<b>Em 31 de março de 2013</b>	<u>97.192.451</u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

#### (c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da Companhia.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Até 31 de março de 2013 a Companhia exerceu a opção de compra de 214.300 (duzentas e quatorze mil e trezentas ações) ações a um preço médio de R\$ 19,28.

<b>Opções de recompra de ações</b>	<b>Operação</b>	<b>Custo médio</b>	<b>Saldo</b>
31 de dezembro de 2012	214.300	19,67	4.216
Exercício da opção de compra	(205.600)	19,53	(4.016)
31 de março de 2013	<u>8.700</u>	<u>22,99</u>	<u>200</u>
	<b>Quantidade</b>	<b>Custo médio</b>	<b>Saldo</b>
Opções de recompra de ações	8.700	22,99	200
Ações em tesouraria adquiridas	590.200	18,89	11.148
31 de março de 2013			<u>11.348</u>

#### (d) Reservas de capital

##### (d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, e composto da seguinte forma:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>Controladora 31 de dezembro de 2012</u>
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (*)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	<u>85</u>	<u>85</u>
	<u>96.565</u>	<u>96.565</u>

(\*) Lucros auferidos em períodos anteriores a a transformação da Companhia em sociedade empresarial

#### (d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.379 durante o trimestre findo em 31 de março de 2013 (R\$ 4.538 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012), conforme mencionado na Nota 21 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

#### (e) Reservas de lucros

##### (e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

##### (e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2012, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 78.152 a reserva de retenção de lucros, objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração. Aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

## 19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

**(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

**(b) Empréstimos e financiamentos**

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**(c) Contas a receber**

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

**(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos**

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

#### Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

**(a) Risco de crédito**

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

#### (c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

#### (d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de março de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 31 de março de 2013</b>				
Fornecedores	29.109			
Empréstimos	26.253	51.363	249.303	33.520
Obrigações com arrendamento financeiro	3.612		2.614	
Compromissos a pagar	11.199	4.813	734	5.804
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Fornecedores	35.435			
Empréstimos	26.035	49.820	249.192	35.261
Obrigações com arrendamento financeiro	3.631		3.533	
Compromissos a pagar	12.985	3.457	1.592	6.131

#### (e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 06 de março de 2013 (7,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operações	Risco	Cenário elevação do CDI		
		Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras (*) 729.096	CDI	7,25% 52.859	9,06% 66.074	10,88% 79.289
<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Debêntures (204.421)	CDI+1,60	7,25% (18.328)	9,06% (22.093)	10,88% (25.857)
IFC I (49.399)	CDI+1,53	7,25% (4.392)	9,06% (5.301)	10,88% (6.210)
IFC II (18.274)	CDI+1,69	7,25% (1.656)	9,06% (1.993)	10,88% (2.330)
<b>Posição líquida</b>		<b>28.483</b>	<b>36.688</b>	<b>44.892</b>
		Cenário queda do CDI		
<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Aplicações financeiras 729.096	CDI	7,25% 52.859	5,44% 39.645	3,63% 26.430
<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Debêntures (204.421)	CDI+1,60	7,25% (18.328)	5,44% (14.564)	3,63% (10.800)
IFC I (49.399)	CDI+1,53	7,25% (4.392)	5,44% (3.483)	3,63% (2.574)
IFC II (18.274)	CDI+1,69	7,25% (1.656)	5,44% (1.319)	3,63% (982)
<b>Posição líquida</b>		<b>28.483</b>	<b>20.278</b>	<b>12.074</b>



## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVSPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### 20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<b>Importâncias seguradas</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Responsabilidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	87.030	87.030
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Vida em Grupo	345.570	333.790
Demais Ramos	2.660	2.660

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 21 Remuneração dos administradores

### (a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 1.331 e R\$ 1.300, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

### (b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de março de 2013 o número de opções outorgadas que tenham sido exercidas era de 639.961 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 3.389.162 ações.

A partir de 2013 a Companhia passa a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém não modificaremos as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

**Notas Explicativas**

**Estácio Participações S.A.**

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Programa	Data fim da carência	Data de Expiração	Preço Justo no Outorga	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade	Expectativa de Dividendos	Taxa de juros livre de risco	Vida Estimada (em anos)	Quantidade de Ações/Opções Outorgadas	Quantidade de Ações/Opções Disponíveis
Programa 1P jul/08	15/4/2009	15/4/2019	R\$ 10,06	R\$ 23,50	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	242.556	54.306
	15/4/2010	15/4/2020	R\$ 12,41	R\$ 23,50	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	242.542	54.302
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 14,03	R\$ 23,50	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	242.542	54.302
	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 16,08	R\$ 23,50	57,49%	0,97%	6,85%	4,68	242.542	54.302
Programa 1P set/08	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 14,11	R\$ 23,50	57,49%	0,97%	6,85%	4,76	242.542	54.302
	15/4/2009	15/4/2019	R\$ 3,17	R\$ 14,05	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	221.215	87.881
	15/4/2010	15/4/2020	R\$ 5,12	R\$ 14,05	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	221.211	87.878
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 6,42	R\$ 14,05	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	221.211	87.878
Programa 1P jan/09	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 7,12	R\$ 14,05	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	221.211	87.878
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 8,02	R\$ 14,05	56,00%	1,62%	8,42%	4,68	221.211	87.878
	15/4/2010	15/4/2020	R\$ 3,06	R\$ 13,20	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	212.123	187.882
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 4,97	R\$ 13,20	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	212.121	187.878
Programa 1P set/09	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 6,21	R\$ 13,20	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	212.121	187.878
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 7,12	R\$ 13,20	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	212.121	187.878
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 7,67	R\$ 13,20	63,99%	1,72%	6,83%	4,68	212.121	187.878
	15/4/2010	15/4/2020	R\$ 7,12	R\$ 20,10	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	58.194	47.284
Programa 1P mar/10	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 9,31	R\$ 20,10	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	58.179	47.270
	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 10,77	R\$ 20,10	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	58.179	47.270
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 11,97	R\$ 20,10	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	58.179	47.270
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 12,64	R\$ 20,10	56,75%	1,13%	5,64%	4,68	58.179	47.270
Programa 1P jul/10	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 11,20	R\$ 24,50	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	29.705	16.976
	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 13,66	R\$ 24,50	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	29.695	16.968
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 15,33	R\$ 24,50	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	29.695	16.968
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 16,60	R\$ 24,50	63,15%	0,93%	6,23%	4,68	29.695	16.968
Programa 1P mar/10	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 17,39	R\$ 24,50	63,15%	0,93%	6,23%	5,26	29.695	16.968
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 9,47	R\$ 22,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	30.303	30.303
	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 11,88	R\$ 22,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	30.303	30.303
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 13,49	R\$ 22,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	30.303	30.303
Programa 2P jul/10	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 14,72	R\$ 22,50	62,20%	1,01%	6,21%	4,68	30.303	30.303
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 15,48	R\$ 22,50	62,20%	1,01%	6,21%	5,12	30.303	30.303
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 6,15	R\$ 20,20	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	43.234	27.088
	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 8,61	R\$ 20,20	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	43.228	27.082
Programa 2P Nov/10	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 10,20	R\$ 20,20	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	43.228	27.082
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 11,39	R\$ 20,20	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	43.228	27.082
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 12,12	R\$ 20,20	58,84%	1,52%	6,25%	4,68	43.228	27.082
	15/4/2011	15/4/2021	R\$ 10,08	R\$ 25,20	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	4.000	4.000
Programa 3P jan/11	14/4/2012	14/4/2022	R\$ 12,66	R\$ 25,20	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	4.000	4.000
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 14,39	R\$ 25,20	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	4.000	4.000
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 15,72	R\$ 25,20	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	4.000	4.000
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 16,55	R\$ 25,20	57,60%	1,52%	5,88%	4,68	4.000	4.000
Programa 3P abr/11	15/4/2012	15/4/2022	R\$ 8,89	R\$ 27,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	65.287	53.419
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 11,98	R\$ 27,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	65.269	53.405
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 14,06	R\$ 27,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	65.269	53.405
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 15,67	R\$ 27,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	65.269	53.405
Programa 4P abr/12	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 16,70	R\$ 27,00	56,55%	1,14%	5,79%	4,68	65.269	53.405
	15/4/2012	15/4/2022	R\$ 6,44	R\$ 23,40	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	55.108	39.847
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 9,38	R\$ 23,40	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	55.080	39.827
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 11,33	R\$ 23,40	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	55.080	39.827
Programa 4P jul/12	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 12,84	R\$ 23,40	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	55.080	39.827
	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 13,79	R\$ 23,40	54,94%	1,32%	6,20%	4,68	55.080	39.827
	15/4/2013	15/4/2023	R\$ 4,96	R\$ 19,51	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	102.000	91.000
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 7,01	R\$ 19,51	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	102.000	91.000
Programa 4P ago/12	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 8,36	R\$ 19,51	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	102.000	91.000
	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 9,40	R\$ 19,51	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	102.000	91.000
	14/4/2017	14/4/2027	R\$ 10,06	R\$ 19,51	51,66%	1,65%	4,29%	4,68	102.000	91.000
	14/4/2013	14/4/2023	R\$ 8,40	R\$ 24,30	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	16.000	16.000
Programa 4P Nov/12	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 10,59	R\$ 24,30	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	16.000	16.000
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 12,09	R\$ 24,30	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	16.000	16.000
	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 13,29	R\$ 24,30	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	16.000	16.000
	14/4/2017	14/4/2027	R\$ 14,07	R\$ 24,30	50,78%	1,23%	4,29%	4,68	16.000	16.000
Programa 4P set/12	15/4/2013	15/4/2023	R\$ 9,72	R\$ 25,99	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	6.000	6.000
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 11,91	R\$ 25,99	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	6.000	6.000
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 13,43	R\$ 25,99	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	6.000	6.000
	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 14,66	R\$ 25,99	50,39%	1,15%	4,29%	4,68	6.000	6.000
Programa 4P set/12	14/4/2017	14/4/2027	R\$ 15,46	R\$ 25,99	50,39%	1,15%	4,29%	4,69	6.000	6.000
	15/4/2013	15/4/2023	R\$ 21,56	R\$ 39,39	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	5.000	5.000
	14/4/2014	14/4/2024	R\$ 23,28	R\$ 39,39	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	5.000	5.000
	14/4/2015	14/4/2025	R\$ 24,73	R\$ 39,39	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	5.000	5.000
Programa 4P set/12	14/4/2016	14/4/2026	R\$ 26,00	R\$ 39,39	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	5.000	5.000
	14/4/2017	14/4/2027	R\$ 26,88	R\$ 39,39	49,44%	0,76%	3,50%	4,68	5.000	5.000

(\*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Data fim da carência	Data de Expiração	Preço Justo no Outorga	Preço do Ativo Base(*)	Expectativa de Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Proporção de Exercício Antecipado	Média da taxa de saída após a carência	Vida Estimada (em anos)	Quantidade de Ações/Opções Outorgadas	Quantidade de Ações/Opções Disponíveis
Programa 4P jan/13	10/1/2014	10/1/2014	R\$ 25,49	R\$ 43,20	33,47%	3,90%	3	20,00%	11	53.400	53.400
	10/1/2015	10/1/2015	R\$ 25,92	R\$ 43,20	33,47%	3,90%	3	20,00%	12	53.400	53.400
	10/1/2016	10/1/2016	R\$ 26,36	R\$ 43,20	33,47%	3,90%	3	20,00%	13	53.400	53.400
	10/1/2017	10/1/2017	R\$ 26,79	R\$ 43,20	33,47%	3,90%	3	20,00%	14	53.400	53.400
	10/1/2018	10/1/2018	R\$ 27,22	R\$ 43,20	33,47%	3,90%	3	20,00%	15	53.400	53.400

(\*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de março de 2013 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 1.379 no trimestre findo em 31 de março de 2013 (R\$ 4.538 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de março de 2013.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

**Diretoria Estatutária**

	<u>31 de março de 2013</u>		<u>31 de dezembro de 2012</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
<b>1º de janeiro</b>	22,07	418.867	22,07	418.867
Concedidas	19,76	490.550	19,76	490.550
Exercidas	<u>19,43</u>	<u>206.006</u>	<u>19,43</u>	<u>206.006</u>
<b>Em 31 de dezembro/ 31 de março</b>	<u>22,06</u>	<u>703.411</u>	<u>22,06</u>	<u>703.411</u>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Conselho de administração**

	<u>31 de março de 2013</u>		<u>31 de dezembro de 2012</u>	
	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>	<u>Preço médio de exercício por ação</u>	<u>Opções - milhares</u>
<b>1º de janeiro</b>	22,07	18.000	22,07	18.000
Concedidas	19,76	12.000	19,76	12.000
Exercidas	<u>24,00</u>	<u>20.000</u>	<u>24,00</u>	<u>20.000</u>
<b>Em 31 de dezembro/ 31 de março</b>	<u>22,75</u>	<u>10.000</u>	<u>22,75</u>	<u>10.000</u>

**22 Lucro por ação**

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de março de 2013.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

**(a) Lucro por ação básico**

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	66.642	39.917
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>97.192.451</u>	<u>82.251.937</u>
<b>Lucro líquido por ação básico</b>	<u>0,00069</u>	<u>0,00049</u>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Lucro por ação diluído**

	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de março de 2012</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	66.642	39.917
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	97.192.451	82.251.937
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>1.002.234</u>	<u>1.063.703</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>98.194.685</u>	<u>83.315.640</u>
<b>Lucro líquido por ação diluído</b>	<u><u>0,00068</u></u>	<u><u>0,00048</u></u>

**23 Receita líquida de serviços prestados**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de março de 2012</b>
Receita bruta das atividades	613.786	481.154
Deduções da receita bruta	(200.532)	(150.602)
Gratuidades - bolsas de estudo	(174.281)	(132.601)
Devolução de mensalidades e taxas	(3.778)	(1.152)
Descontos concedidos	(2.471)	(2.047)
Impostos	(18.425)	(14.802)
FGEDUC	<u>(1.577)</u>	
Receita líquida das atividades	<u>413.254</u>	<u>330.552</u>

**24 Custos dos serviços prestados**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de março de 2012</b>
Pessoal e encargos sociais	(179.422)	(143.861)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(7.166)	(6.457)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(30.530)	(29.931)
Correios e Malotes	(465)	(1.864)
Depreciação e amortização	(11.569)	(7.618)
Material didático	(6.566)	(3.676)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	<u>(6.895)</u>	<u>(6.160)</u>
Custos dos serviços prestados	<u><u>(242.613)</u></u>	<u><u>(199.567)</u></u>

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**25 Outras receitas operacionais**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Receitas com convênios	407	450	749	779
Receitas de aluguéis			2.493	1.487
Intermediação de negócios			84	
Reversões de provisões administrativas				164
Outras receitas (despesas) operacionais			178	34
	<u>407</u>	<u>450</u>	<u>3.504</u>	<u>2.464</u>

**26 Despesas por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(14.802)	(14.044)
Publicidade			(20.964)	(18.691)
Vendas e marketing			(6.097)	(4.607)
Outras			(1.079)	
Despesas comerciais			<u>(42.942)</u>	<u>(37.342)</u>
Pessoal e encargos sociais	(381)	(668)	(25.447)	(20.914)
Serviços de terceiros	(851)	(1.158)	(12.816)	(12.172)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(493)	(609)
Material de consumo			(468)	(318)
Manutenção e reparos	(2)	(1)	(4.481)	(3.313)
Depreciação e amortização (*)	(815)	(591)	(6.470)	(3.995)
Convênios educacionais			(1.478)	(1.089)
Viagens e estadias	(31)	(22)	(644)	(542)
Condenações cíveis	(2)		(2.510)	(474)
Eventos institucionais			(177)	(148)
Provisão para contingências			(282)	(1.661)
Outras	(745)	(481)	(6.913)	(4.530)
Despesas gerais e administrativas	<u>(2.827)</u>	<u>(2.921)</u>	<u>(62.179)</u>	<u>(49.765)</u>

(\*) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 183.

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2013	31 de março de 2012	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			3.069	4.012
Rendimentos de aplicações financeiras	7.413	3.665	8.212	4.243
Outras	40	617	56	348
	<u>7.453</u>	<u>4.282</u>	<u>11.337</u>	<u>8.603</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(16)	(175)	(1.700)	(2.324)
Juros e encargos financeiros	(5.436)	(7.361)	(6.094)	(7.839)
Descontos financeiros			(3.832)	(917)
Outras	(67)	(406)	(1.391)	(1.576)
	<u>(5.519)</u>	<u>(7.942)</u>	<u>(13.017)</u>	<u>(12.656)</u>

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

#### 28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

**Notas Explicativas****Estácio Participações S.A.****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias  
(Consolidadas e da Controladora)****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.642	39.917	67.344	42.263
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(22.658)	(13.572)	(22.897)	(14.369)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(34)	1.928
Equivalência patrimonial	22.823	15.656		
Despesas não dedutíveis (a)	(67)	(201)	(431)	(318)
Provisão de Bonus (a)				(510)
Compensação de prejuízo fiscal	(98)	(1.883)	(514)	(1.884)
Despesas com desmobilização			(123)	(123)
Provisão para contingências			(96)	(565)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(2.720)	(1.122)
Lei Rouanet			268	
Outras			48	96
			<u>(26.499)</u>	<u>(16.867)</u>
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			23.638	13.573
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período			<u>(2.861)</u>	<u>(3.294)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>	<u>(4,25)%</u>	<u>(7,80)%</u>

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas informações contábeis consolidadas do resultado dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente	(2.861)	(3.294)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido no período corrente	2.328	948
Imposto de renda e Contribuição Social períodos anteriores	<u>(169)</u>	<u>          </u>
	<u>(702)</u>	<u>(2.346)</u>

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2013 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 12.385. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	<b>31 de março de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>
Provisão para contingências	10.564	10.419
Mensalidades a cancelar	3.159	523
Provisão para desmobilização	2.739	2.739
Amortização ágio	<u>(4.077)</u>	<u>(3.624)</u>
	<u>12.385</u>	<u>10.057</u>
Ativo	13.199	11.695
Passivo	<u>(814)</u>	<u>(1.638)</u>
	<u>12.385</u>	<u>10.057</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de março de 2013 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de março de 2013 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R\$ 4.077 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de março de 2013 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 15.348. (R\$ 15.249 em 31 de dezembro de 2012) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

#### Eventos subsequentes

Em 05 de abril de 2013, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico – IESST ("IESST"), mantenedora da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC ("FACITEC"), instituição com sede e campus na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

O valor do investimento na FACITEC foi de R\$29.000, a ser pago parte em recursos financeiros e parte através de assunção de dívidas e obrigações em geral. As partes acordaram, ainda, pagamento adicional de R\$ 7.000, caso a FACITEC venha a ser transformada em Centro Universitário até 31 de dezembro de 2014. A FACITEC foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 3.600 alunos, 8.500 vagas totais e 120 professores alocados em 1 campus, contando em seu portfólio com 13 cursos superiores e 24 de pós-graduação, além de cursos de

## Notas Explicativas

### Estácio Participações S.A.

#### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

extensão e cursos livres. O ticket médio líquido de seus cursos é de aproximadamente R\$426 (quatrocentos e vinte e seis reais). Em 2012, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Conceito Institucional (CI) 4, numa escala de 1 a 5. O negócio marcará a chegada da Estácio no Distrito Federal, praça estratégica para o ensino presencial e polo de EAD.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes  
sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Estácio Participações S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses

findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO 1º TRIMESTRE DE 2013**

Realizada a apresentação das Informações Trimestrais relativas ao 1º trimestre de 2013 pela administração da Companhia e com fundamento no parecer dos Auditores Externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais consoante as disposições do artigo 163 da lei nº. 6.404/ 76, manifestaram-se favoravelmente às informações trimestrais findas em 31 de março de 2013. Sendo de parecer que as mesmas encontram-se adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2013.

Pedro Wagner Pereira Coelho  
Membro efetivo

Rodrigo Magela Pereira  
Membro efetivo

Alexei Ribeiro Nunes  
Membro suplente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 31 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2013.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Paula Caleffi,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Estácio Participações

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, ambos relativos as informações intermediárias de 31 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2013.

Rogério Frota Melzi,

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon,

Paula Caleffi,

Pedro Jorge Guterres Quintans Graça,

Miguel Filisbino Pereira de Paula,

Gilberto Teixeira de Castro e

João Luis Tenreiro Barroso.